Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

SAÚDE

Dez estados recebem vacina contra covid

Distribuição busca manter a imunização dos grupos prioritários em meio ao avanço de casos leves em 18 unidades da Federação; registros de casos graves e mortes caíram em comparação com 2025

» RAFAELA BOMFIM

Mesmo com a redução das internações e mortes por covid-19 em 2026, o Ministério da Saúde vai reforçar os estoques de vacinas em 10 estados brasileiros. Ao todo, mais de 1,4 milhão de doses adicionais serão distribuídas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para garantir a continuidade da imunização dos grupos prioritários. A medida ocorre após o aumento de casos leves da doença em 18 unidades da Federação, identificado pela pasta nas últimas semanas.

São Paulo receberá a maior quantidade, com mais de 500 mil doses. O Rio de Janeiro terá 350 mil, seguido por Minas Gerais, com 290 mil. Também estão previstos 140 mil imunizantes para o Rio Grande do Sul e 50 mil para o Paraná. Piauí e Alagoas receberão aproximadamente 20 mil doses cada. Mato Grosso do Sul contará com 18 mil, Espírito Santo com 17 mil e Tocantins com 5 mil. Do total destinado ao Rio de Janeiro, 150 mil doses serão encaminhadas diretamente à capital.

As entregas serão realizadas gradualmente, conforme a capacidade de recebimento de cada estado. Segundo o Ministério da Saúde, a oferta foi estendida a todo o país para atender às demandas das secretarias estaduais de Saúde e evitar o desabastecimento das unidades de vacinação. Algumas localidades ainda não confirmaram os pedidos por questões logísticas.

O reforço não substitui a distribuição regular dos imunizantes, realizada mensalmente pelo governo federal a partir das solicitações estaduais. O abastecimento segue uma divisão de responsabilidades: a União compra e envia as vacinas aos estados, que fazem a distribuição aos municípios. Cabe às prefeituras organizar a aplicação à população, principalmente nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Neste ano, já foram distribuídas 22,9 milhões de doses contra a covid-19 em todo o território nacional. Mais de 7,6 milhões foram aplicadas. Atualmente, o SUS oferece a Comirnaty, vacina produzida pela Pfizer, seguindo as recomendações do Programa Nacional de Imunizações (PNI).

A ampliação dos estoques ocorre em um momento de aumento da circulação do vírus, mas os indicadores de gravidade permanecem abaixo dos registrados no ano passado. De acordo com os dados da pasta, o país contabilizou 3.641 casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) provocados pela covid-19 em 2026. No mesmo período de 2025, foram 9.523 registros, uma redução de 62%.

A queda também aparece no número de mortes. Foram 445 óbitos neste ano, contra 1.481 no mesmo intervalo do ano passado, o que representa uma diminuição de 70%. Apesar da redução dos casos graves, o aumento das infecções leves mantém a necessidade de acompanhamento da doença e de atualização da vacinação entre os grupos mais vulneráveis.

Aumento esperado

Em boletim divulgado em 10 de novembro, o Ministério da Saúde apontou crescimento de casos leves nas seis semanas anteriores em 18 estados. Todas as unidades estavam em nível de baixo risco. A pasta também informou que a elevação das notificações no fim do ano é um comportamento esperado.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) também identificou sinais de crescimento dos casos graves de SRAG. No boletim InfoGripe, publicado em 12 de novembro, a instituição apontou tendência de aumento em áreas do Centro-Sul e na Bahia, embora os registros permaneçam em patamares baixos.

Diante desse cenário, a vacinação continua sendo uma das principais estratégias para reduzir o risco de complicações e mortes. O calendário do SUS contempla crianças pequenas, gestantes e idosos, além de outros grupos que precisam receber doses periódicas. Pessoas com doenças crônicas ou imunocomprometidas também devem observar os intervalos recomendados pelo Ministério da Saúde.

Para receber o imunizante, não é necessário apresentar o cartão de vacinação. Quem tem alguma doença crônica pode comprovar a condição por meio de exames, receitas ou laudos médicos. A orientação é procurar uma UBS para consultar o histórico e verificar se há doses pendentes. O registro também pode ser conferido pelo aplicativo Meu SUS Digital, na opção "Minha Saúde", seguida de "Vacinas".

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O reforço é para crianças, gestantes, idosos, pessoas com doenças crônicas ou imunocomprometidas

O combate ao câncer na mulher

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

As políticas públicas voltadas para o combate do câncer em mulheres foram tema da palestra do secretário de Atenção Especializada à Saúde, Mozart Sales, no evento Diálogos Esfera: além do diagnóstico. O secretário apresentou iniciativas do Ministério da Saúde para ampliar o acesso aos exames, reorganizar a rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e aumentar os investimentos na assistência oncológica feminina.

Ao abordar os desafios do enfrentamento da doença, Mozart ressaltou o envelhecimento acelerado da população brasileira e a influência dos hábitos de vida no aumento dos casos. Segundo ele, o país passa por uma transformação demográfica cinco vezes mais rápida do que a observada na Europa. A previsão é que, em 2030, entre 18% e 19% dos brasileiros tenham mais de 60 anos. O secretário lembrou que pessoas nessa faixa etária apresentam seis vezes mais risco de desenvolver câncer em comparação com aquelas com menos de 60 anos.

Para ele, é necessário fortalecer as estratégias de rastreamento dos cânceres de mama, colo do útero e colorretal. Mozart também chamou a atenção para as desigualdades regionais, especialmente em relação ao câncer de colo do útero. Em algumas localidades, sobretudo na Região Norte, a mortalidade chega a ser quatro vezes superior à registrada no Sul e no Sudeste. "Estamos falando de uma doença evitável", destacou.

Entre as medidas apresentadas está a ampliação da vacinação contra o HPV e da realização de testes moleculares para identificar o vírus, associado a 99,9% dos casos de câncer de colo do útero. De acordo com o secretário, a cobertura vacinal está entre 82% e 83% para meninas e em aproximadamente 70% para meninos. O Ministério da Saúde também desenvolve estratégias para alcançar mulheres que não tiveram oportunidade de receber a vacina na idade recomendada.

A pasta pretende ampliar a oferta do teste RT-PCR para HPV. A expectativa é que, ao longo de 2027, a estratégia esteja disponível em todo o país. Atualmente, 24 estados já participam da iniciativa, e a previsão é alcançar as 27 unidades da Federação até o fim deste ano.

Mozart também apresentou uma estratégia de autocoleta para facilitar o acesso ao exame, principalmente entre mulheres que vivem em comunidades ribeirinhas e regiões de difícil acesso na Amazônia. A proposta é que 25% das coletas sejam realizadas pelas próprias pacientes, que receberão kits e orientações para recolher o material e encaminhá-lo aos serviços de saúde

RELIGIOSIDADE

STF ganha escultura do *Oxê de Xangô*

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Símbolo da Justiça, estátua ficará no Salão Nobre da Corte

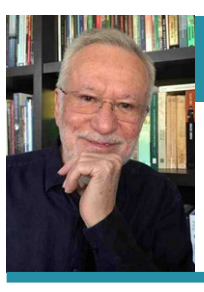
» RENATO SOUZA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, inaugurou, na noite de ontem, na sede da Corte, a escultura do *Oxê de Xangô*, símbolo da Justiça na tradição iorubá e patrimônio da cultura afro-brasileira. A obra foi instalada no hall do Salão Nobre, localizado no 2º andar do edifício-sede, próximo à escada de acesso ao Plenário. A iniciativa ocorreu em homenagem à Semana Nacional da Consciência Negra.

De acordo com o Supremo, a homenagem atende a uma solicitação feita pelo Instituto de Defesa do Direitos das Religiões Afro-Brasileiras, em reconhecimento à decisão do Plenário do STF, de novembro de 2024, na qual entendeu que a presença de símbolos religiosos em locais e órgãos públicos não fere a laicidade do Estado.

Em discurso no momento da inauguração, Fachin destacou que as tradições religiosas dialogam entre si. Ele também reforçou que o caráter laico do Estado, conforme entendimento da Corte, não veda a presença de símbolos religiosos em órgãos públicos. "As tradições não se excluem. As tradições dialogam. Falam de modos distintos do mesmo anseio. E o primeiro anseio é o de que ninguém seja julgado sem antes ser ouvido", disse Fachin.

A iniciativa tem o objetivo de promover a conscientização e o respeito sobre liberdade religiosa e diversidade cultural, além de celebrar valores que dialogam diretamente com a missão do Poder Judiciário: imparcialidade, equilíbrio, ponderação e responsabilidade no exercício de julgar. No plenário do Supremo, existe uma cruz, que remete às religiões cristãs, como o evangelismo e o catolicismo, que representam a maioria dos religiosos do país.



ALEXANDRE GARCIA

O PLANO MORETTI — ASSIM CHAMADO PARA EVITAR "ARCABOUCINHO" — ESTÁ DIVIDINDO O PT, EM CONTRA E A FAVOR. MERCADO OU SOCIAL — É O FALSO DILEMA QUE AGITA O PARTIDO. O PLANO PREVÊ COMBATE, ENFRENTAMENTO AOS SUPERSALÁRIOS. APENAS COMBATE E ENFRENTAMENTO. NÃO O SIMPLES RESPEITO À CONSTITUIÇÃO.

Macunaímas

Três anos e três meses depois de o governo Lula ter conseguido aprovar no Congresso o "Novo Arcabouço Fiscal" (Lei Complementar 200, de 31.8.23), o mesmo governo e o mesmo Congresso estão lutando para aprovar um novíssimo arcabouço. Quando o governo Lula conseguiu se alforriar da saneadora Emenda Constitucional de 13/12/16, chamada de "Teto de Gastos", o noticiário da época chamava a alforria de "Arcabouço democrático e preocupado com o social". E foi enfraquecido o "Teto" que saneava as finanças públicas de modo estrutural e afastava o perigo do desequilíbrio fiscal que cria inflação, aumenta juros e emperra a economia. Feito sob medida para Lula, que acredita que gastar faz bem para o povo e para a economia. O dólar está em 5,78 pela frustração com o plano mequetrefe, como o chamou editorial do *Estadão*. No *Globo*, Carlos Alberto Sardenberg pergunta se será crise ou estelionato eleitoral.

O Plano Moretti — assim chamado para evitar "arcaboucinho" — está dividindo o PT, em contra e a favor. Mercado ou social — é o falso dilema que agita o partido. O plano prevê combate, enfrentamento aos supersalários. Apenas combate e enfrentamento. Não o simples respeito à Constituição. Ao contrário, as notícias do Plano dizem que "o texto prevê um prazo de até 120 dias para que o Congresso Nacional vote a regulamentação de pagamentos que ultrapassam o teto constitucional." Está entre aspas para que não pensem que estou inventando. Ou seja, uma lei para regulamentar aquilo que infringe a Constituição. O art. 37, inc. XI, diz que vantagens a qualquer título não podem ultrapassar o que ganha o ministro do Supremo. Vão ter que mudar o significado de "qualquer". A propósito, no art. 53 já não vale a inviolabilidade de parlamentar "por quaisquer palavras".

Não sei se isso é apenas a supremacia do absurdo sobre a razão, ou pode ser chamado de naturalização da hipocrisia. Ações irracionais contaminaram o país. O ministro Moraes, que ainda é juiz executor criminal, não permitiu visita a Bolsonaro ao presidente do seu partido, nem aos senadores Tereza Cristina e Rogério Marinho. O ministro alegou que iriam tratar de política-partidária. Na eleição do Senado, Tereza Cristina e Marinho são adversários de Alcolumbre. A Lei Orgânica da Magistratura proíbe juízes de se envolverem em política partidária. Em agosto Moraes promoveu um jantar de reaproximação entre Lula e Alcolumbre na sua mansão no Lago Sul. Ministros do Supremo não podem ser punidos pela Lei da Magistratura, mas ela é um paradigma. Não custa lembrar que só o Senado é corregedor do Supremo, como recém pontuou Fachin.

Isso não surpreenderia a Ruy Barbosa, que já se preocupava com relações promíscuas. Há quase 100 anos, Mário de Andrade lançava o "*Macunaíma - o herói sem nenhum caráter*". Lembro de quando se glorificava o malandro e a esperteza, no meio do século passado. Agora, em etapa seguinte, naturalizamos a falta de ética, não nos escandalizando com o desprezo à Constituição e aos valores de nossa cultura. Fico imaginando a falta de caráter, a quantas anda. Porque os exemplos que vêm cima já mostram que já não há constrangimento de permanecer no erro, mentir, fazer espertezas de que até o Macunaíma duvidaria.